Cecília Toledo

Mulheres

O Gênero nos Une, a Classe nos Divide

Marxismo e Opressão

2a Edição

São Paulo
2008

Além de uma ampla campanha de informação sobre as doenças que atingem mais freqüentemente a mulher negra, a luta pela dignidade da mulher negra também passa por questionar a imagem que se faz dela na sociedade. Desde pequenas, é incutida nas crianças uma imagem da mulher negra como um ser inferior, uma serviçal ou "mãe preta". É urgente a alteração dos livros escolares que exibem essa imagem. É urgente também a introdução nos currículos escolares da história do negro e de sua cultura.

Tudo isso deve ser acompanhado de uma política geral de valorização e resgate de toda manifestação cultural, religiosa e artística da comunidade negra, que passa igualmente pelo resgate da auto-estima da mulher negra. Nesse sentido, caminha também a reivindicação de que não mais se exija "boa aparência" para entrar no mercado de trabalho ou de fotos para a seleção do mesmo, e que não haja proibição por parte das empresas de que a mulher negra vista-se como as mulheres africanas, com cabelos trançados ou roupas coloridas.

Essas questões, bem como a introdução e cotas para negros nas universidades, vêm mobilizando as mulheres negras no Brasil, que sempre tiveram uma participação massiva em todos os movimento sociais, seja por terra, por moradia, por emprego e salário, por melhores condições de vida. A luta contra o preconceito racial e a opressão e exploração da mulher negra, assim como a luta de todas as mulheres trabalhadoras, não pode ser vista por fora da luta geral dos trabalhadores contra a exploração capitalista.

Apesar de todos os discursos sobre o fim do preconceito racial e da emancipação feminina, a sociedade burguesa ainda submete a mulher negra a um cotidiano cruel de machismo e racismo, colocado-a diante de grandes desafios. Além de lutar pelas reivindicações gerais das mulheres contra a opressão, a mulher negra é forçada a exigir uma política específica de combate ao desemprego, à violência e à baixa escolaridade que atingem de forma particularmente aguda a população feminina negra. Essa luta tem atribuído à mulher negra um lugar de primeira ordem nas fileiras da classe trabalhadora, em todos os países, que vem desenvolvendo de forma aguerrida e constante sua batalha pelo fim do capitalismo e da sociedade de classes, no rumo da construção de uma sociedade socialista, a única que verdadeiramente poderá libertá-la.

Capítulo IV

A Mulher e a Luta por sua Emancipação

O movimento pela emancipação da mulher viveu três grandes ondas. A primeira foi no final do século XIX e início do XX, com o movi mento sufragista e a luta por outros direitos democráticos. A segunda foi no final dos anos 60 e início dos 70, com os movimentos feministas que visavam, basicamente, à liberação sexual. E a terceira no final dos anos 70 e início dos 80, de caráter sobretudo sindical e protagonizada principalmente pela mulher trabalhadora latino-americana. Os anos 80, com as profundas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, e os anos 90, com as transformações advindas das revoluções nos países do Leste europeu, trouxeram mais perguntas do que respostas, e ainda estão por ser estudados em profundidade no que se refere à situação da mulher.

As primeiras lutas democráticas e sindicais

As primeiras lutas feministas da era burguesa foram por direitos democráticos, como o divórcio e o direito a receber uma educação completa, nos primórdios da revolução burguesa. A primeira grande participação das mulheres em uma luta da classe operária foi na Revolução Francesa, em 1789, quando elas combateram ao lado dos homens e também se agruparam em clubes e sociedades populares, dando um grande salto em sua emancipação, já que naquela época a mulher era proibida de filiar-se a qualquer entidade sindical ou política.

A francesa Olympe de Gouges foi uma das dirigentes políticas mais destacadas desse período, tendo escrito a Declaração dos Diretos da Mulher e da Cidadã, em 1791, como réplica à Declaração dos Direitos do Homem, no início da Revolução Francesa. Ela afirmava que se a revolução havia abolido

os privilégios feudais, devia fazer o mesmo com os do sexo masculino. É sua uma frase que se tornou célebre: "As mulheres devem ter o direito de subir à tribuna, já que têm a obrigação de subir ao cadafalso".

No artigo VI da Declaração reivindicava-se a igualdade da mulher no trabalho, ou seja, que todos os cidadãos e cidadãs tinham de ser admitidos por igual em todos os empregos públicos "segundo suas capacidades e sem outras distinções que suas virtudes e seus talentos". Essas reivindicações não surtiram qualquer efeito e Olympe de Gouges foi assassinada em novembro de 1793.

A atividade revolucionária das mulheres iniciada na Revolução Francesa se reativou com as revoluções de 1830 e 1848. Esse foi o ano em que Marx e Engels lançaram o Manifesto Comunista, chamando a classe trabalhadora do mundo inteiro a lutar pelo socialismo. Essa coincidência de datas reflete o fato de que tanto o movimento socialista quanto o movimento feminista foram gerados pelas mudanças que o capitalismo introduziu nas relações sociais de produção e reprodução. Se a opressão da mulher não surgiu com o capitalismo, mas nas sociedades escravistas, foi seu advento e, sobretudo, a Revolução Industrial que transformaram radicalmente as condições de vida de milhões de mulheres ao inseri-las no seio da classe trabalhadora. E foi ao mesmo tempo o sistema econômico que começou a criar as condições materiais que tornaram a liberação da mulher uma meta possível.

A primeira grande experiência de luta nesse sentido foi a Comuna de Paris, na qual as mulheres fizeram a revolução com os homens, edificando as bases concretas do socialismo. Elas estiveram em todos os terrenos da luta, como mostra uma notícia publicada no jornal La Sociale, de 5 de abril de 1871: "Um grupo de mulheres armadas com fuzis Chassepot atravessou a Praça da Concórdia. Se uniram aos combatentes da Comuna".

Na Inglaterra, Mary Wollstonecraft (1759-1797), considerada uma das precursoras do feminismo contemporâneo, lançava em 1792 a Reivindicação dos Direitos da Mulher, obra na qual defendia o direito da mulher à educação, ao trabalho e à vida pública, negados pela sociedade burguesa.

Sem dúvida, a luta feminina de maior projeção foi a que se travou pelo direito de voto, luta que atravessou os séculos, tão grande foi a resistência da burguesia em conceder esse direito que é constituinte da própria democracia burguesa. O movimento sufragista do século XIX e início do XX tinha como objetivo conquistar a reforma das leis sobre o voto, e nos países onde esse direito democrático ainda não era universal, freqüentemente a luta misturava homens e mulheres, de todas as classes sociais. Apesar de ser uma reivindicação democrático-burguesa, que ficava nos marcos do capitalismo, a luta sufragista tinha grande interesse para a classe operária. Referindo-se a uma

outra luta democrática - a do direito ao divórcio - Lenin polemizava com aqueles que diziam que os socialistas deviam se abster de participar dela por ser insensata sob o capitalismo:

> "Essa objeção revela uma completa incapacidade para compreender a relação entre a democracia em geral e o capitalismo. As condições que impossibilitam às classes oprimidas 'exercer' seus direitos democráticos não são a exceção no capitalismo; são típicas do sistema. Na maioria dos casos, o direito ao divórcio continuará sendo irrealizável sob o capitalismo, já que o sexo oprimido está subjugado economicamente. Não importa quanta democracia haja sob o capitalismo, a mulher continuará sendo uma "escrava doméstica", encerrada no quarto, na cozinha..." [1]

Para Lenin, apesar de que a mulher jamais conseguirá emancipar-se enquanto o capitalismo não for superado, vale a pena lutar para conquistar a liberdade de divórcio e outros direitos democráticos. A democracia é fundamental para os trabalhadores para alavancar sua luta contra o capitalismo e aos que não acreditavam nisso, Lenin dizia:

> "Somente aqueles que não podem pensar em linha reta ou que não têm qualquer conhecimento do marxismo deduzirão: não vale a pena nem a liberdade de divórcio, nem a democracia... Mas os marxistas sabem que a democracia não suprime a opressão de classe. Só faz com que a luta de classes seja mais direta, mais ampla, mais aberta e pronunciada, e isso é o que necessitamos. Quanto mais total seja a liberdade de divórcio, mais claramente as mulheres verão que a origem de sua "escravidão doméstica" é o capitalismo, não a falta de direitos. Quanto mais democrático for o sistema de governo, mais claramente os operários verão que o mal de fundo é o capitalismo, não a falta de direitos..." [2]

Iniciado nos Estados Unidos, o movimento sufragista foi a primeira luta feminista de caráter internacionalista, porque envolveu mulheres de vários países do mundo e incorporou os métodos tradicionais de luta da classe trabalhadora, como passeatas massivas, assembléias, greves de fome e enfrentamentos brutais com a polícia, nos quais muitas ativistas foram presas e assassinadas. Além da repressão física, as mulheres tiveram de enfrentar a repressão moral, os preconceitos e o ódio da sociedade patriarcal, que não

1. LENIN, Vladimir Ilich. *Sobre a emancipação da mulher.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
2. Idem.

suportava a idéia de ver mulheres abandonando o fogão para ir às ruas, marchar e gritar palavras de ordem.

No campo socialista, a luta sufragista foi dirigida pela II Internacional, dividida entre reformistas, que defendiam o direito de voto apenas para os homens (eles achavam que as mulheres votariam nos partidos católicos reacionários), e marxistas, defensores do voto para todos. No Congresso de Stuttgart, realizado em 1907, Clara Zetkin defendeu a posição dos marxistas, que saiu vencedora. Assim, a Internacional Comunista se lançou a uma campanha internacional pelo sufrágio feminino, com mobilizações de massa em diversos países no dia 8 de março. Nos Estados Unidos, realizou em 1910 um Congresso Socialista Internacional da Mulher que resolveu convocar um dia de luta pelo voto feminino, cujo tema era: "O voto para a mulher unirá nossa força na luta pelo socialismo".

Na Alemanha e na Áustria formaram-se comitês, publicaram-se jornais e organizaram-se marchas e atos. Alexandra Kollontai, que na Rússia dirigia a luta das mulheres no Partido Bolchevique, descreveu o resultado do primeiro Dia Internacional da Mulher, em 1911:

> "Alemanha e Áustria eram um mar estremecido e agitado de mulheres. Organizavam-se reuniões por todas as partes - nas cidades pequenas e inclusive nos povoados. As salas estavam tão cheias que tiveram de pedir aos operários que cedessem seus locais. Esta foi verdadeiramente a primeira manifestação da militância das mulheres trabalhadoras. Os homens ficaram em casa com os filhos, e suas esposas, as 'escravas do lar', foram aos atos públicos".[3]

Na Rússia, o Partido Bolchevique, apesar das condições de ilegalidade durante a repressão zarista, organizou atividades no Dia Internacional da Mulher a partir de 1913. Essas ações assentaram as bases para a manifestação massiva de mulheres no dia 8 de março de 1917 (23 de fevereiro no calendário russo), quando as mulheres de Petrogrado foram às ruas exigindo "Pão para nossos filhos" e "A volta de nossos maridos das trincheiras". Foram mobilizações tão importantes que assinalaram o início da revolução socialista.

Assim, foi lutando por seus direitos que a mulheres no mundo inteiro romperam o século XX. E sua luta, apesar de focada no direito de voto, teve o poder de envolver milhões de outros aspectos: como o direito de votar e ser candidata a cargos públicos, o direito de ter pleno acesso à Educação e poder seguir a carreira que bem entendesse, o direito de herança, o direito de assumir o controle dos negócios da família, enfim, uma série de questões demo-

[3] KOLLONTAI, Alejandra. *Mujer: história y sociedad.* México: Fontamara, 1989.

cráticas às quais as mulheres não tinham acesso. Aos poucos, em um ritmo bem desigual entre os países, elas foram conquistando mudanças na legislação que lhes outorgaram direitos políticos em praticamente todos os países do mundo. No Brasil, o direito de voto para a mulher só foi conquistado em 1932, durante o governo de Getúlio Vargas.

A conquista dos direitos políticos foi muito importante para alavancar também a participação da mulher trabalhadora nas lutas sindicais de sua classe. Envenenado pelo machismo, o movimento sindical, em toda a história das lutas da classe trabalhadora, sempre foi um lugar proibido para a mulher. Esse problema, que só colaborou para dividir os trabalhadores e manter as mulheres afastadas das lutas, até hoje permanece, mas com muito esforço, a mulher foi aos poucos conquistando espaço nas organizações sindicais.

Em 1866, a Associação dos Encadernadores de Paris tomou a iniciativa de incluir em seus estatutos a igualdade de direitos entre trabalhadores e trabalhadoras. No entanto, esse avanço, que levou outros sindicatos a fazerem o mesmo, não acabou de vez com a restrição à entrada de mulheres na maioria dos sindicatos. Esse sectarismo teve como conseqüência a constituição de sindicatos paralelos, exclusivamente femininos. Surgiram associações dos mais diversos ofícios, como no setor de fiação, de tecelagem, entre as costureiras, as modistas e na indústria algodoeira inglesa, que lutavam pela igualdade salarial entre homens e mulheres.

Na Inglaterra, uma das líderes dos sindicatos femininos, Emma Paterson, criou a Women's Protective and Provident League (1874), que se transformou depois na Women's Trade Union League, federação de todas as associações e sindicatos femininos da Inglaterra. Em 1874, a League organizou uma greve das tecedoras de lã em Dewsbury e as operárias conseguiram suas reivindicações.

Também nos Estados Unidos se formou a Women's Trade League (1903), que reunia diversas associações operárias femininas em âmbito nível nacional. No entanto, a proximidade das lutas e a coincidência das reivindicações fez com que o sindicalismo feminino fosse finalmente absorvido pelo movimento operário, a partir da tendência a se incorporar as mulheres aos sindicatos masculinos, mas sempre em menor número e com suas reivindicações específicas sendo relegadas a segundo plano.

O Manifesto Comunista

Apesar de o marxismo ter sido acusado pelas feministas burguesas de omissão frente a questão da mulher, é preciso ressaltar que desde que Marx e Engels lançaram o Manifesto Comunista (1848) até hoje, os marxistas têm travado uma luta constante no seio da classe operária para se determinar uma

atitude revolucionária em relação à questão da liberação da mulher. Esse combate esteve marcado por duas grandes linhas divisórias. A primeira se deu entre os marxistas e os socialistas utópicos e a segunda entre os marxistas revolucionários e os reformistas, que tinham uma política de colaboração de classes.

A linha divisória estabelecida por Marx e Engels desde o Manifesto é a que existe entre o socialismo utópico e o socialismo científico. Os socialistas utópicos pré-marxistas, como Fourier e Owen, também defendiam a emancipação da mulher. Como lembrou Engels, foi Fourier quem primeiro alertou para a situação degradante da mulher no capitalismo, afirmando que o grau de emancipação da mulher é a medida da emancipação geral da sociedade. Contudo, sua defesa se assentava sobre princípios morais e desejos abstratos, não sobre uma compreensão das leis da história e da luta de classes. O marxismo proporcionou, pela primeira vez, uma base materialista científica não só para o socialismo como para a emancipação feminina. Expôs as raízes da opressão da mulher, sua relação com um sistema de produção baseado na propriedade privada e com uma sociedade dividida em classes, na qual todas as relações são de propriedade.

Assim, por ter compreendido que a opressão da mulher tem uma raiz econômica, o marxismo pôde apontar o caminho para conseguir sua liberação: a abolição da propriedade privada, que proporcionará as bases materiais para transferir à sociedade em seu conjunto todas as responsabilidades domésticas e familiares que hoje recaem sobre os ombros da mulher. Marx lembra que:

> "Livres dessas cargas, as massas de mulheres poderão romper os grilhões da servidão doméstica e cultivar suas plenas capacidades como membros criativos e produtivos da sociedade, e não apenas reprodutivos. Livre da coação econômica sobre a qual necessariamente descansa, a família burguesa desaparecerá e as relações humanas se transformarão em relações livres de pessoas livres". [4]

Quando Marx e Engels fundaram a Primeira Internacional, em 1864, a teoria socialista ganhou maior amplitude entre os trabalhadores. Contra todos os costumes da época, foi eleita uma mulher para seu Conselho Geral, a sindicalista inglesa Henrietta Law. Foi um passo tão importante, que o próprio Marx se referiu às cartas que ele recebia constantemente perguntando se as mulheres podiam filiar-se à Internacional e ele mesmo apresentou uma moção ao Conselho Geral para que se organizassem seções especiais de mulheres trabalhadoras nas fábricas, indústrias e cidades onde houvesse grandes concentrações de trabalhadoras, alertando que isso não devia, de forma alguma, interferir na construção de seções mistas do partido.

[4] MARX, Karl. *O capital*. Vol. 1. México: Fondo de Cultura Económica, 1973.

O maior avanço proporcionado pelo marxismo foi ter arrancado o socialismo e a liberação da mulher da esfera utópica, demonstrando que o próprio capitalismo engendra uma força - a classe operária - que é bastante poderosa para destruí-lo. Assim, a liberação da mulher, que está inevitavelmente condicionada pela conquista do socialismo, deixa de ser um sonho pessoal impossível e se torna uma necessidade para toda a humanidade e uma tarefa coletiva, de toda a classe trabalhadora.

A Revolução Russa e a mulher

A revolução socialista na Rússia, em 1917, significou uma revolução também na situação da mulher no mundo inteiro. Pela primeira vez um país tomava medidas concretas para alcançar a igualdade entre homens e mulheres. A mulher russa tomou parte ativa em todo o processo revolucionário, apesar (e quem sabe por isso mesmo) da enorme carga de opressão, secular e brutal, que pesava sobre seus ombros, sobretudo entre as mulheres camponesas.

A voragem revolucionária empurrou à frente a mulher trabalhadora russa, que já naqueles anos tinha um papel decisivo na produção, concentrada nas grandes fábricas.

A história da revolução, se bem que nem sempre é fácil encontrar as citações, está repleta de exemplos sobre a abnegação, a garra e a coragem demonstradas pelas operárias russas naqueles dias terríveis e decisivos.

A revolução de fevereiro de 1917 - antesala da revolução decisiva de outubro - iniciou-se no Dia Internacional da Mulher, com manifestações massivas de mulheres em Petrogrado contra a miséria provocada pela participação da Rússia na Primeira Guerra Mundial. A guerra havia empurrado a mulher russa para o mercado de trabalho. Em 1917, a terça parte dos operários industriais de Petrogrado eram mulheres. Nas áreas de produção têxtil da região industrial do centro, 50% ou mais da força de trabalho estava composta por mulheres.

A militância feminina era disputada palmo a palmo pelas diversas tendências políticas. Tanto os bolcheviques quanto os mencheviques tinham jornais especiais para a mulher trabalhadora, como o Rabotnitsa, publicado pelos bolcheviques e o Golos Rabotnitsy, pelos mencheviques. Os social-revolucionários (SR), que lutavam por uma democracia burguesa na Rússia, por sua vez, propuseram a criação de uma "união das organizações democráticas de mulheres", que reuniria os sindicatos e os partidos sob a bandeira de uma

república democrática. Foi naqueles dias que surgiu a Liga por Direitos Iguais para a Mulher, exigindo o direito de voto para as mulheres acompanhando a batalha que elas travavam no mundo inteiro por seus direitos civis.

Com a revolução socialista na Rússia, porém, elas conquistaram muito mais que direitos democráticos.

As conquistas da revolução

Pela primeira vez um país legislou que o salário feminino seria igual ao masculino pelo mesmo trabalho. Tanto que, ao finalizar a Segunda Guerra, contrariamente ao que ocorreu nos países capitalistas, na URSS se conservou a mão-de-obra feminina e se buscaram os meios para que estas tivessem maior qualificação. Havia mulheres em todos os setores da produção: nas minas, na construção civil, nos portos, enfim, em todas os ramos da produção industrial e intelectual.

No entanto, logo depois da tomada do poder pelos soviets, a questão da mulher enfrentou o duro embate com a realidade. De fato, foi a primeira vez na história que ela passou do plano da discussão para a prática.

Em um país atrasado em relação às questões morais e culturais como a Rússia, com uma enorme carga de preconceitos arraigados há séculos - o que caracteriza em geral os países predominantemente camponeses -, a questão da emancipação da mulher assumia, naqueles momentos difíceis para o jovem estado operário, contornos tão complexos quanto muitos dos outros aspectos relativos à transformação para o socialismo.

Por isso, Lenin e Trotsky, juntamente com muitas dirigentes mulheres, além de se dedicarem a "explicar pacientemente" às massas, sobretudo às mulheres, quais as tarefas gerais do movimento operário feminino da República Soviética, não esperaram para tomar as primeiras medidas nesse terreno e reverter a situação humilhante à qual estava submetida a mulher russa há séculos.

Essa tarefa tinha dois aspectos fundamentais:

- a abolição das velhas leis que colocavam a mulher em situação de desigualdade em relação ao homem; e

- a libertação da mulher das tarefas domésticas, que exigia uma economia coletiva na qual ela participasse em igualdade de condições com o homem.

Em relação ao primeiro aspecto, desde os primeiros meses de sua existência, o Estado Operário concretizou a mudança mais radical na legislação referente à mulher. Todas as leis que colocavam a mulher em uma situação de desigualdade em relação ao homem foram abolidas, entre elas, as referentes ao divórcio, aos filhos naturais e à pensão alimentícia. Foram abolidos também todos os privilégios ligados à propriedade que se mantinham em proveito do homem no direito familiar. Dessa forma, a Rússia Soviética, apenas nos

primeiros meses de sua existência, fez mais pela emancipação da mulher do que o mais avançado dos países capitalistas em todos os tempos.

Foram introduzidos decretos estabelecendo a proteção legal para as mulheres e as crianças que trabalhavam, o seguro social, a igualdade de direitos em relação ao matrimônio.

Por meio da ação política do Zhenotdel, o departamento feminino do Partido Bolchevique, as mulheres conquistaram o direito ao aborto legal e gratuito nos hospitais do Estado. Não se incentivava a prática do aborto e quem cobrava para praticá-lo era punido. A prostituição e seu uso eram descritos como "um crime contra os vínculos de camaradagem e solidariedade", mas o Zhenotdel propôs que não houvesse penas legais para esse crime. Tentou atacar as causas da prostituição, melhorando as condições de vida e trabalho das mulheres, e deu início a uma ampla campanha contra os "resquícios da moral burguesa".

A primeira Constituição da República Soviética, promulgada em julho de 1918, deu à mulher o direito de votar e ser eleita para cargos públicos.

No entanto, igualdade perante a lei ainda não é igualdade de fato. Para a plena emancipação da mulher, para sua igualdade efetiva em relação ao homem é necessária uma economia que a livre do trabalho doméstico e na qual ela participe de forma igualitária ao homem. A essência do programa bolchevique para a emancipação da mulher era sua liberação final do trabalho doméstico por meio da socialização dessas tarefas. Lenin insistia em que o papel da mulher dentro da família era a chave de sua opressão:

> "Independentemente de todas as leis que emancipam a mulher, esta continua sendo uma escrava, porque o trabalho doméstico oprime, estrangula, degrada e a reduz à cozinha e ao cuidado dos filhos, e ela desperdiça sua força em trabalhos improdutivos, intranscendentes, que esgotam seus nervos e a idiotizam. Por isso, a emancipação da mulher, o comunismo verdadeiro, começará somente quando e onde se inicie uma luta sem quartel, dirigida pelo proletariado, dono do poder do estado, contra essa natureza do trabalho doméstico, ou melhor, quando se inicie sua transformação total, em uma economia a grande escala" (jul. 1919). [5]

Nas condições da Rússia, essa era a parte mais difícil da construção do socialismo e a que requeria mais tempo para ser concretizada. O Estado Operário começou por criar instituições, como refeitórios e creches modelo, para liberar a mulher do trabalho doméstico. E eram justamente as mulheres quem mais se empenhavam na sua organização. Essas instituições, instrumentos de

[5] LENIN, Vladimir Ilich. *El poder soviético y la situación de la mujer.* Moscú: Progreso, 1981.

libertação da mulher de sua condição de escrava doméstica, surgiam em todas as partes onde era possível, mas mesmo assim foram poucas para o necessário. A Rússia estava em guerra civil, sendo atacada por seus inimigos, e as mulheres tiveram de assumir, com os homens, as tarefas da guerra e de defesa do Estado Operário. No entanto, muitas dessas instituições foram criadas e funcionaram a contento, mostrando seu acerto e a necessidade de sua expansão e manutenção.

Por outro lado, os dirigentes soviéticos, Lenin à frente, chamavam as mulheres a tomarem parte cada vez maior na gestão das empresas públicas e na administração do Estado, bem como a se candidatarem como delegadas aos soviets. Num discurso em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, em março de 1920, Lenin se dirigiu assim às mulheres russas:

> "O capitalismo uniu uma igualdade puramente formal à desigualdade econômica e, por conseqüência, social. E uma das manifestações mais gritantes dessa inconseqüência é a desigualdade da mulher e do homem. Nenhum Estado burguês, por mais democrático, progressivo e republicano que seja, reconhece a inteira igualdade dos direitos do homem e da mulher. A República dos Soviets, pelo contrário, destruiu de um só golpe, sem exceção, todos os traços jurídicos da inferioridade da mulher e também de um só golpe assegurou a ela, por lei, a igualdade mais completa".[6]

Lenin alerta para o fato de que sempre se costuma dizer que o nível cultural e de vida de um povo melhor se define pela situação jurídica da mulher. Dsse ponto de vista, só a ditadura do proletariado, só o Estado socialista podem atingir e atingem o grau mais alto da cultura. No entanto, isso não é suficiente. O movimento operário feminino russo não se contentou com uma igualdade puramente formal e assumiu a tarefa - árdua e longa, porque exige uma transformação radical da técnica social e dos costumes- de lutar pela igualdade econômica e social da mulher, fazendo com que ela participasse do trabalho produtivo social, libertando-a da escravidão doméstica, que é sempre improdutiva e embrutecedora.

As resoluções da III Internacional

As concepções marxistas sobre a emancipação da mulher e seu papel na luta pelo socialismo foram transformadas em teses e resoluções durante o terceiro Congresso da Internacional Comunista, reunido em 1921, antes, portanto, do período stalinista. Esse evento, de importância histórica para o mo-

[6] Idem.

vimento socialista mundial, traçou um programa e uma orientação para o trabalho entre as mulheres que, por sua clareza e concordância com os princípios do marxismo, até hoje não foram superados por nenhuma outra organização operária. Por isso, continuam sendo válidos até hoje.

Em primeiro lugar, a Internacional Comunista deixa bem definida sua posição de que a liberação da mulher da injustiça secular, da escravidão e da falta de igualdade da qual é vítima no capitalismo só será possível com a vitória do comunismo.

> "O que o comunismo dará à mulher, em nenhum caso o movimento feminino burguês poderá dar. Enquanto existir a dominação do capital e da propriedade privada, a liberação da mulher não será possível".

A mulher acabara de conquistar o direito de voto, e a Internacional alertava que isso, apesar de importante, não suprimia a causa primordial da servidão da mulher na família e na sociedade e não solucionava o problema das relações entre os sexos.

> "A igualdade não formal, mas sim real, da mulher, só é possível num regime onde a mulher da classe operária seja dona de seus instrumentos de produção e distribuição, participando de sua administração e tendo a obrigação do trabalho nas mesmas condições que todos os membros da sociedade trabalhadora; ou seja, essa igualdade só é realizável depois da destruição do sistema capitalista e sua substituição por formas econômicas comunistas".

Sobre a questão da maternidade, a Internacional não deixa dúvida de que também apenas no comunismo essa função natural da mulher não entrará em conflito com as obrigações sociais e não impedirá seu trabalho produtivo. No entanto, a IC aclara que o comunismo é o objetivo último de todo o proletariado.

Por isso, a luta da mulher e do homem deve ser dirigida de forma inseparável.

O mais importante é que, essa que foi uma das organizações internacionais mais ativas da causa dos trabalhadores, confirma os princípios fundamentais do marxismo, segundo os quais não existem problemas especificamente femininos e que a mulher operária tem de se manter junto à sua classe, e não unir-se à mulher burguesa.

> "Toda relação da operária com o feminismo burguês e as alianças de classe debilitam as forças do proletariado e retardam a revolução social, impedindo, assim, a realização do comunismo e a liberação da mulher".

Por fim, a Internacional reforça o princípio de que o comunismo só será alcançado com a união de todos os explorados e não com a união das forças femininas das duas classes opostas. E termina chamando todas as mulheres trabalhadoras a terem uma participação ativa e direta nas ações de massas, tanto no marco nacional como em escala internacional.

Anos 60, anos de rupturas

Nos países ocidentais, a segunda grande onda de lutas feministas depois do movimento sufragista dos anos 20 foi aquela que agitou mulheres de praticamente todos os países pela liberação sexual. A importância desses movimentos nos obriga a reanalisá-los sempre que se toca no problema da emancipação da mulher. A entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho, sobretudo as casadas e com filhos, a partir dos anos 50, e a grande expansão do ensino superior haviam propiciado as condições para esse movimentos reivindicatórios. O ascenso feminista nos anos 60 não foi um movimento isolado, independente da luta de classes. Pelo contrário. Ocorreu no bojo e como parte de uma luta geral que foi travada por diversos setores. Combinou-se com a luta dos estudantes pela defesa do ensino, a luta dos negros contra o racismo e a grande mobilização contra a guerra do Vietnã, nos Estados Unidos, além da luta pela libertação nas semicolônias e muitas outras reivindicações.

Foi na Europa e nos Estados Unidos que o movimento feminista tomou mais fôlego, mas também se estendeu pelo mundo inteiro. Depois de longos anos de submissão, mais e mais mulheres norte-americanas, sobretudo de classe média, começaram a despertar e a se unir aos negros que lutavam por seus direitos e aos estudantes. Essa vanguarda feminista lutava para que a mulher deixasse de ser considerada como o "segundo sexo". Apesar de ter-se iniciado na pequena-burguesia, que foi sua direção praticamente todo o tempo, o movimento feminista colocou em xeque todos os pilares mais sagrados do capitalismo e da sociedade burguesa. Foi uma luta internacional, que questionou desde a discriminação da mulher no trabalho e preconceitos arraigados há milênios, até as leis reacionárias que proibiam o aborto e os conceitos retrógrados da Igreja.

No dia 26 de agosto de 1970, uma marcha com 35 mil mulheres ocupou a Quinta Avenida, em Nova York, para comemorar o 50° aniversário do direito de voto feminino. Com essa mobilização, que ficou conhecida como a Mobilização de Mulheres pela Igualdade, a luta feminista entrou em uma nova etapa nos EUA, ganhando caráter nacional. As principais bandeiras do movimento eram: creches gratuitas que funcionassem 24 horas por dia e sob controle da comunidade; aborto livre e gratuito; igualdade de acesso ao trabalho e à educação.

Na Europa e nos Estados Unidos, o peso que adquiriram alguns grupos feministas, fortemente difundidos pelos meios de comunicação de massa, acabou por impor o caráter ao movimento. Eram grupos com posições conscientes ou inconscientemente antimarxistas para os quais a luta contra a opressão da mulher não está determinada pela luta de classes. Essas correntes identificavam no homem o grande inimigo a ser combatido, e não a burguesia, e se opunham a qualquer tentativa de relacionar as lutas feministas com a luta de classes. Estavam contra a participação dos partidos, pois os consideravam agentes da política, que é machista e busca dividir e dominar as mulheres. Por isso, propunham a unidade de todas as mulheres de todas as classes e repudiavam qualquer tentativa de diferenciar-se segundo os diversos partidos ou as classes sociais. Um bom resumo dessas posições está no lema, que ficou famoso nos anos 60, cunhado pelas feministas norte-americanas: sisterhood is powerful (a irmandade feminina é poderosa).

Entre esses grupos, o que ficou mais conhecido foi o NOW ("agora"). Era a National Organization for Women (Organização Nacional de Mulheres), encabeçada por Betty Friedan. Não tinha um programa claro e encarnava o radicalismo da pequena-burguesia - as mulheres da classe operária tiveram pouca ou nenhuma participação -, uma vez que sua única bandeira era exigir a igualdade total para as mulheres nos EUA agora. Como isso seria feito ela não explicava.

Outros grupos eram mais pitorescos, como o SCUM, que em inglês quer dizer "escória". Essa organização intitulava-se, simplesmente, Society for the Cutting Up of Men (Sociedade para triturar os homens)... ou mais agressivos, como o WITCH, que em inglês quer dizer "bruxa". O WITCH era a Women's International Terrorist Conspiracy from Hell (Conspiração internacional terrorista de mulheres do inferno). Esses grupos, além de conseguirem escandalizar a opinião pública -chegaram a queimar sutiãs em praça pública- conseguiram, por seu peso na mídia, desviar o movimento feminista e separá-lo das lutas que se travavam na época e que ameaçavam abalar todos os alicerces da sociedade capitalista.

No entanto, dentro do marxismo, essas mobilizações, somadas à crescente participação política e sindical da mulher em todos os países, inclusive coloniais e semicoloniais, geraram um intenso debate sobre o caráter de classe da luta feminista. A polêmica girava em torno de duas concepções opostas: de um lado, a defesa da irmandade das mulheres independente das lutas políticas e de classe. Segundo essa postura, as mulheres de todas as classes lutarão cada dia mais unidas entre si frente ao capitalismo, que é o inimigo comum, em uma dinâmica contínua, até derrotá-lo. Por isso, sua política tinha como eixo a necessidade de construir um movimento autônomo policlassista e in-

dependente de todas as mulheres, já que seria possível a unidade de todas, pelo simples fato de serem oprimidas.

Outro setor do marxismo partia da divisão da sociedade em classes. As mulheres são seres sociais que pertencem a determinada classe e seguem determinada política. Por isso, até a vitória do proletariado em âmbito mundial elas participarão cada vez mais de política, mas sempre enfrentando-se umas às outras segundo seus interesses de classe e as posições de seu partido. Como exemplo, estava o NOW, de Betty Friedman, dirigido por mulheres que seguiam o Partido Democrata, o partido do presidente dos EUA na época, Jimmy Carter.

Apesar de todos os problemas políticos que enfrentou, os movimentos feministas dos anos 60 e 70 foram fundamentais para a luta pela emancipação da mulher. Nesse período, as mulheres fizeram grandes conquistas: o direito ao divórcio, na Itália, e o direito ao aborto, na França, Itália, Inglaterra e Estados Unidos. Sua voz foi ouvida no mundo inteiro e elas ajudaram, com mobilizações massivas, a enfraquecer a opressão em todos os âmbitos, a fortalecer a causa de todos os oprimidos, e até mesmo a derrotar o imperialismo na guerra do Vietnã.

Uma vez alcançadas essas reivindicações, o movimento feminista passou a segundo plano. Por falta de uma política e de uma direção que unisse essas lutas às da classe trabalhadora mundial em direção à revolução socialista, elas ficaram nos marcos democráticos da sociedade burguesa. A "irmandade das mulheres" mostrou seus limites, e se dividiu. A burguesia, com a crise econômica mundial, acirrou a dupla exploração da mão-de-obra feminina, sobretudo nos países dependentes. Hoje, os direitos tão duramente conquistados voltam a estar ameaçados, como vem ocorrendo com o aborto legal nos Estados Unidos.

Anos 70, anos de lutas

Podemos considerar que a terceira onda de lutas feministas ocorreu entre os anos 70 e 80, sobretudo na América Latina, e atingiu principalmente a mulher trabalhadora. Não foram lutas com bandeiras especificamente feministas, mas sindicais e amplas. Justamente aí pode residir seu avanço em relação às ondas anteriores (anos 20 e anos 60), já que nesta a mulher trabalhadora se levanta com sua classe, numa luta que questionava diretamente o modo de produção capitalista.

Nesses anos, a mulher trabalhadora deu um salto de qualidade em seu processo de conscientização, tendo uma expressiva participação nas lutas de sua classe e no processo de organização política e sindical. Isso se deveu, entre outros fatores, a que nessa década a mulher aumentou muito sua participação também na PEA (População Economicamente Ativa, que engloba as trabalhadoras ocupadas e as desempregadas, com exceção da empregadas domésticas). No setor primário (agropecuária) as mulheres passaram de 9,6% da

PEA em 1970 para 12,7% em 1980. No setor secundário (indústria), de 12% para 16,6%, e no setor terciário, (comércio e serviços) de 38,2% para 43,1%. (dados da revista da Fundação Seade, 1986).

Apesar da maior parte das trabalhadoras terem sido confinadas aos serviços considerados "femininos", as funções menos qualificadas, nessa década houve um crescimento da mão-de-obra feminina na indústria. Em São Paulo, na indústria metalúrgica, mais especificamente nos setores de material eletroeletrônico, as trabalhadoras chegaram a 24% da categoria. Também cresceu, nesse período, a absorção de mulheres na indústria farmacêutica e de plástico. No entanto, seu salário médio se manteve entre 50 e 60% inferior ao dos homens.

Essa maior participação feminina não apenas no setor terciário (serviços), mas também no secundário (indústria) favoreceu a conscientização de classe da mulher trabalhadora e a levou a participar de forma mais ativa da grande onda de lutas que ocorreu no Brasil nesse período.

Esse foi também o período (1970/80) de maior organização do proletariado feminino. A mulher teve expressiva participação na derrubada dos pelegos, na fundação da CUT e do PT. Ocorreram em inúmeros congressos sindicais, que colocaram frente a frente milhares de trabalhadoras da cidade e do campo. Surgiram novas lideranças femininas e suas reivindicações ganharam corpo em um programa de luta que combinava as bandeiras comuns a toda a classe trabalhadora com as exigências específicas da mulher.

Apesar de ser ainda hoje minoritária e insuficiente, a participação da mulher nas organizações sindicais da classe trabalhadora, durante os anos 70 e 80, deu um salto, passando a reivindicar mais poder na tomada de decisões no âmbito das comissões de fábrica, sindicatos e centrais sindicais. Foi nesse período que surgiu o maior número de sindicatos com departamentos femininos e as mulheres começaram a levar aos congressos e encontros por categoria a reivindicação de quotas para mulheres nas instâncias de direção dos organismos da classe.

Algumas palavras sobre a trabalhadora rural

No campo, nesse período de 70 a 80 a mulher também passou a exercer um papel mais preponderante no cenário político e econômico. Hoje, no Brasil e em toda a América Latina, ela responde por 40% da produção agrícola. Contudo, isso não melhora em nada sua situação: mais de 50% das trabalhadoras rurais não têm carteira assinada e ganham 50% menos que os homens, além de sofrerem a perseguição selvagem que fazendeiros, jagunços e "gatos" armados fazem. As mulheres são as principais vítimas do assédio e da violência sexual.

No entanto, foi também nas décadas de 70 e 80 que a mulher do campo começou a esboçar uma reação mais organizada frente à exploração de sua classe e à sua opressão enquanto mulher. Entre 1970 e 1980 ocorreram mais de 300 encontros e congressos de mulheres trabalhadoras da cidade e do campo, nos quais foram traçados os programas de luta de todas as categorias prioritariamente femininas, bandeiras essas que até hoje integram a luta da mulher trabalhadora.

Apesar ter criado as condições para sua emancipação, o capitalismo acirrou a opressão da mulher, ao combiná-la com a exploração e a dupla jornada de trabalho e ao criar novas formas de opressão. Foi o modo de produção que assentou de fato as bases objetivas para a liberação da mulher, ao inseri-la na classe operária, a força social que, por sua posição estrutural no processo de produção em seu conjunto, é a única que tem condições de enfrentar e destruir o capitalismo. A emancipação da mulher, assim como de todos os setores oprimidos, depende do desenvolvimento das forças produtivas, estagnadas no capitalismo.

Por outro lado, devemos lembrar que é impossível emancipar a mulher enquanto ela for escrava do lar. A emancipação da mulher depende de uma política consciente por parte do Estado de tomar para si essas tarefas, que têm a ver com a reprodução da força de trabalho. Isso significa a instalação de serviços públicos de boa qualidade, como creches, escolas, lavanderias, restaurantes, confecções, para que a sociedade tome para si as tarefas domésticas, o que exige um desenvolvimento das forças produtivas que permita esse deslocamento de recursos.

Nos países capitalistas, hoje, assistimos justamente à aplicação da política contrária, com o neoliberalismo e a política do Estado mínimo, de destruição acelerada e consciente dos serviços sociais. Isso leva ao agravamento da carga doméstica nos ombros da mulher trabalhadora e torna cada vez mais distante sua emancipação dentro dos marcos do capitalismo.

São as condições materiais de vida que fazem a consciência, que constroem e mantêm as superestruturas ideológicas. Para mudar a consciência é necessário, antes de mais nada, mudar as condições materiais de vida.

O movimento feminista nos anos 60 e todos os avanços que a mulher fez nos anos subseqüentes, aliados inclusive ao próprio avanço da ciência, abalaram seriamente essas estruturas ideológicas e a mulher fez grandes conquistas contra a opressão. No entanto, isso ocorreu sobretudo nos países desenvolvidos. À medida que observamos os países pobres, vemos que a superexploração acirra ainda mais a opressão. E a crise econômica mundial indica uma tendência para o acirramento da opressão também nos países imperialistas, com perdas de conquistas históricas por parte das mulheres. O

aprofundamento da crise econômica mundial e seus correlatos na política neoliberal e a globalização introduzem cada vez mais elementos de barbárie na humanidade, e não menos.

Se a situação da classe trabalhadora mundial e os setores oprimidos está cada vez pior, é impossível que se possa pensar em mitigar a opressão da mulher. Pelo contrário. A tendência é que ela aumente a cada dia, o que torna a luta da mulher trabalhadora contra toda forma de opressão e pelo fim do capitalismo cada vez mais premente.

Capítulo V

As Correntes Feministas e a Questão de "Gênero"

O feminismo não constitui um corpo único de idéias. São muitas as correntes feministas, com posições que variam no tempo e no espaço. No entanto, apesar dessa diversidade, há algo que as unifica. Em geral, as correntes feministas partem de uma base comum: a necessidade de contrapor-se à consideração praticamente unânime por parte dos pensadores clássicos de que a "natureza" das mulheres (em seu discurso, sua falta de racionalidade ou sua racionalidade imperfeita e sua servidão biológica) as inabilita para a vida pública e as circunscreve à esfera doméstica e privada, excluindo-as dos conceitos e categorias políticas gerais.

Como romper com essa lógica? A resposta a essa pergunta resume, basicamente, a diferenciação entre cada uma das correntes feministas. A maneira como encaram o problema de classe, o enfoque marxista de que as sociedades se estruturam em classes sociais, também varia no seio do pensamento feminista.

Liberais e radicais

Para as correntes feministas chamadas de liberais e radicais, a superação da marginalização e subordinação das mulheres requer a reflexão sobre a política, abordando também o âmbito privado, doméstico, onde estão confinadas as mulheres. Essas correntes entendem que as mulheres também são "cidadãs", e como tal devem ser consideradas para as políticas públicas.

As correntes feministas que se esforçam nesse sentido entendem que a compreensão errônea do papel da mulher na sociedade deve-se à concepção patriarcal vigente. Deve-se ao tratamento diferenciado entre os gêneros na sociedade, ou seja, as políticas públicas e toda a concepção social têm caráter de gênero, sem importar aqui o sexo. Por isso, há empregos considerados femininos, mesmo que também exercidos por homens, como enfer-

magem, faxina, e outros, ocupados tradicionalmente por mulheres e que por isso são vistos como inferiores e menos remunerados. Para essas correntes, a luta feminista deve dirigir-se no sentido de mudar a visão que se tem dos gêneros, mudando, assim, a condição subalterna da mulher na sociedade. Por isso dizem que o problema da mulher é um problema de gênero, ou seja, do signo negativo que tem o gênero feminino na sociedade.

A teoria feminista liberal parte do pressuposto de que as pessoas são agentes racionais independentes, que aspiram à autonomia e à auto-realização individual. Assim, existiria uma única natureza humana, assexuada, independente do sexo masculino ou feminino. No entanto, como diz Susan Okin, teórica dessa corrente, "ainda não temos uma idéia clara sobre quais seriam as diferenças entre os sexos em uma sociedade em que estes fossem iguais e onde o sexo de uma pessoa não fosse considerado um traço diferenciador de grande visibilidade e importância social e política". [1]

Sendo assim, a luta da mulher por sua realização como ser humano seria uma luta individual contra a injusta discriminação social que a impede de atingir a felicidade. Para mudar esse quadro, é preciso buscar a igualdade com os homens, sobretudo no âmbito legal.

Já a teoria feminista radical (como ficou conhecida nos Estados Unidos, onde teve origem) reconhece a importância de fatores como raça, etnia e classe social, mas considera que a causa básica da opressão das mulheres é o patriarcado, o domínio dos homens sobre as mulheres, controlando seus corpos, sua sexualidade e seus processos reprodutivos. Daí que as feministas radicais considerem que a opressão das mulheres não pode ser erradicada com a mera reforma das leis ou fazendo com que homens e mulheres compartilhem funções e responsabilidades na sociedade. Seria preciso haver uma reconstrução radical da sexualidade para que não mais se atribua à mulher o papel de sexo frágil, acabando com a maternidade forçada, a escravidão sexual, o assédio e a pornografia.

Tanto as correntes liberais quanto radicais vêem o problema da mulher como um problema de gênero, ou seja, um problema advindo de uma construção social injusta de homens e mulheres, que são educados de maneira diferente, desigual, antagônica. Seria, portanto, um problema de educação que, para ser revertido, requer a mobilização das mulheres no sentido de propor políticas públicas ou uma reorientação escolar e familiar que apontasse, num futuro indeterminado, para o fim da opressão feminina.

Esse enfoque é tão dominante que muitas das teóricas feministas chegam a encarar a sociedade como sendo estruturada em gêneros – o que é

[1] In: CASTELLS, Carme. *Perspectivas feministas en teoría política.* Barcelona: Paidós, 1996. P. 22.

visto como feminino e o que é visto como masculino – e não em classes sociais distintas.

Depois das grandes mobilizações feministas dos anos 60 e 70, as mulheres voltaram para casa, e as discussões feministas transferiram-se das ruas para as salas de aula das universidades. Surgiram os chamados Estudos da Mulher e posteriormente Estudos de Gênero, sobretudo nos países imperialistas, e a luta pela liberação da mulher perdeu o que tinha de mais progressivo: o método de luta, as manifestações massivas, a mobilização, que envolvia outros setores da sociedade. Sob a direção de correntes de classe média e intelectuais, sem a participação massiva da mulher trabalhadora, a luta feminista tornou-se ainda mais reformista, contentando-se com ampliar os espaços da mulher na democracia burguesa, como fica claro nesta declaração da feminista argentina Mabel Bellucci: "A expressão Estudos da Mulher identifica essa nova empresa intelectual disposta a democratizar aqueles espaços produtores de conhecimento, onde as mulheres não se sentem representadas por estarem excluídas como sujeitos e objetos de estudo".[2]

Nesses últimos trinta anos, muita literatura foi produzida sobre o tema, em especial na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Espanha, na Itália e na França. Os catálogos das grandes editoras e os programas de congressos, conferências e cursos universitários o confirmam, assim como a pluralidade de posições teóricas existentes.

Dentro dos marcos do capitalismo, esses estudos são importantes porque tornam cada vez mais visível a desigualdade da mulher e, em alguns países, sobretudo nos países imperialistas, essa produção acadêmica de fato contribuiu para ampliar os espaços da mulher na sociedade. No entanto, a ideologia veiculada pela grande maioria dos chamados estudos de gênero não colabora para a luta central da mulher, que é a de combater o capitalismo, no seio da classe trabalhadora. Focalizar a raiz da opressão da mulher na desigualdade de gênero é uma forma de evitar romper os marcos do capitalismo – transformando-a em uma luta por reformas dentro do próprio sistema, em geral, por reformas legislativas – deixando em segundo plano o problema de classe. A conseqüência mais evidente dessa distorção é a proposição de uma política que busca unir todas as mulheres, independente da posição que ocupam no modo de produção, numa luta supostamente emancipadora, mas que de fato não encontra solução dentro dos marcos do sistema econômico e social vigente.

[2] In: FERNANDES, Ana Maria (Org.) *Las mujeres en la imaginación colectiva.* Buenos Aires: Paidós, 1993. Cap. 1.

As limitações do enfoque de gênero

O termo gênero passou a ser usado de forma indiscriminada pelas diversas correntes feministas para referir-se ao problema da opressão da mulher. Recentemente, por ocasião da Marcha Mundial das Mulheres 2000, a conhecida feminista inglesa Juliet Mitchell, ao explicar porquê se tornou feminista, declarou que foi um choque para ela descobrir, "já na universidade, que o mundo era organizado ao redor das diferenças de gênero; que havia, por exemplo, 1 mulher para cada 12 homens em Oxford". (Folha de S. Paulo, 15/10/2000). Assim, para Mitchell, a divisão essencial que existe na sociedade não é entre patrões e empregados, ou burguesia e proletariado, como apontava Marx, mas entre homens e mulheres, ou entre o que é considerado masculino e feminino.

A pesquisadora espanhola Maria de Jesús Izquierdo vai pelo mesmo caminho e chega ao ponto de reconstituir a história da humanidade, desde a divisão sexual do trabalho até hoje, afirmando que desembocou no que ela chama "gêneros sociais":

> "A desigualdade das mulheres é um processo que começa com a divisão sexual do trabalho e se consolida com a constituição dos gêneros sociais: se você é mulher, tem de fazer determinadas coisas, se é homem, outras. O passo seguinte é considerar femininas as atividades feitas pelas mulheres e masculinas aquelas feitas pelos homens. O terceiro passo é diferenciar o tratamento recebido (respeito, reconhecimento, meios de vida, estilo de vida) pelas pessoas que realizam atividades femininas e os que realizam atividades masculinas. Nesse momento dizemos que têm caráter de gênero. Quando uma atividade tem caráter de gênero, as pessoas, independentemente de seu sexo, são tratadas segundo um padrão específico, o de gênero". [3]

Note-se que ela fala em gêneros sociais, uma terminologia que insinua uma gênese para a sociedade capitalista diferente da que se conhece até hoje: a divisão segundo a localização do indivíduo no modo de produção dos bens materiais. Assim, dá a entender que a constituição social se faz em torno dos gêneros, e não em torno das classes sociais, deixadas de lado nessa análise. O passo seguinte é mostrar que a sociedade se estrutura em gêneros. "O que

[3] IZQUIERDO, Maria de Jesús. *Aguantando el tipo: desigualdad y discriminación salarial.* Barcelona: Institut d'Edicions de la Diputació de Barcelona, 1998. p.34

estrutura a sociedade é o gênero", porque praticamente todos os âmbitos da vida têm o caráter de um ou outro gênero, e que a sociedade viria abaixo ou mudaria seus fundamentos se se rompesse com as posições de gênero. Para Maria de Jesús Izquierdo, o aspecto fundamental da estrutura de gêneros é a inter-relação entre a posição social do "ganhador de pão" e a da "dona-de-casa", pois "a maior parte das atividades está organizada dando por assentado que em toda casa há uma dona-de-casa".

Segundo esse raciocínio, os homens não estariam submetidos à tensão estrutural entre o trabalho doméstico e o trabalho remunerado. As mulheres sim. Elas mantêm uma dedicação parcial tanto no trabalho remunerado como no doméstico e vivem, por isso, uma grande frustração, mal-estar, insatisfação. Não mudam de posição na estrutura social, mas "meio que ocupam" duas posições ao mesmo tempo. Daí ela conclui que, ainda que as mulheres não estivessem discriminadas no trabalho, teriam poucas possibilidades de ser promovidas, porque não é possível que rendam tanto quanto os homens. O peso da estrutura da sociedade sobre a mulher é tão importante que torna isso impossível. Essa seria, na visão de Maria de Jesús Izquierdo, o papel da mulher no modo de produção: um papel híbrido, eclético, sem definição precisa. É isso seria assim devido à estruturação da sociedade em gêneros.

As pesquisadoras Virgínia Vargas e Wicky Meyen definem o gênero como parte de um sistema:

> "Definiremos o sistema sexo/gênero como o conjunto de atitudes mediantes as quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos de atividade humana e através da qual estas necessidades são satisfeitas. Não é então só uma relação entre mulheres e homens, mas um elemento constitutivo das relações sociais em geral que se expressa em símbolos, normas, organização política e social e nas subjetividades pessoais e sociais". [4]

Elas levam esse raciocínio tão longe, ao ponto de concluírem que as mulheres não podem ser reduzidas à sua condição de gênero porque

> "em cada indivíduo convivem diferentes posições subjetivas; cada agente social está inscrito em uma multiplicidade de relações sociais: de produção, de raça, de nacionalidade, etnicidade, gênero, sexo etc, cada uma dessas relações específicas não podem ser redu-

[4] "La autonomia como estrategia para el desarrollo desde los multiples intereses de las mujeres (apuntes para la discusión)". (preprint, s/local e s/data)

> zidas nem unidas às outras. E cada uma delas determinam diferentes subjetividades". [5]

Dessa forma, criam um mundo aparentemente complexo, onde tudo se relaciona e onde não existe uma hierarquia nos aspectos sociais; as relações de produção e as de raça, sexo, gênero e nacionalidade são colocadas no mesmo patamar. É também uma negação do método marxista, para o qual as relações econômicas, as relações de produção determinam todas as demais relações sociais.

Essa concepção levou algumas importantes correntes feministas a preconizar o chamado autonomismo. Para as pesquisadoras citadas,

> "A autonomia é uma forma de gerar um espaço de manobra para as mulheres e de iniciar um processo de crescimento pessoal e coletivo que assegure o questionamento às diferentes formas que assume sua subordinação, assim como a capacidade de desenvolver controle e poder sobre suas vidas, suas organizações e sobre seus contextos sociais, econômicos, políticos e culturais específicos". [6]

O que elas defendem é a organização autônoma das mulheres para lutar por seus direitos e abrir espaço na sociedade, independente de sua classe social. É uma idéia que pressupõe a possibilidade de resolução do problema da mulher sem que se resolva o problema estrutural do capitalismo. Se se parte do pressuposto de que a emancipação da mulher é uma questão de políticas públicas, a união de todas as mulheres em uma luta autônoma, ou seja, independente das demais lutas da classe trabalhadora, é o caminho apontado.

Essa concepção do autonomismo e dos gêneros como estruturantes da sociedade foi construída em oposição a uma visão marxista sobre o problema da mulher, considerada reducionista e economicista. Virginia Guzmán, do Centro da Mulher Peruana Flora Tristán, argumenta que a subordinação feminina é um problema diferente do problema das relações de classe. Ela ataca as feministas marxistas, dizendo que estas consideram todos os processos sociais como conseqüências de uma estrutura econômica expressiva de uma sociedade de classes dependente do capitalismo mundial. Com isso, buscam demonstrar que as mulheres têm uma visão "mais completa e global" de sua condição, e não mais uma visão reducionista, "apenas" classista do problema, porque o que estruturaria a sociedade não seriam mais as classes sociais, como afirma o marxismo, mas os gêneros.

[5] Idem.
[6] Idem.

A exploração determina a opressão

Apesar de algumas dessas correntes feministas já estarem há algum tempo lutando pela reeducação da sociedade em direção a uma igualdade de gêneros, mediante a realização de congressos e outras medidas, a desigualdade da mulher em relação ao homem vem se aprofundando nos últimos anos, sobretudo nos países semicoloniais e entre as mulheres trabalhadoras e pobres. Entre estas, destaca-se a opressão cada dia mais violenta sobre a mulher negra.

Esse agravamento visível da opressão feminina vem expondo a fragilidade dos pressupostos sustentados pelas correntes feministas dominantes. Conforme se acirra a exploração e a barbárie, cresce a desigualdade entre os gêneros, aprofunda-se a opressão da mulher e ela perde terreno em seu processo de emancipação.

É inegável que quando se fala em opressão da mulher não se pode utilizar apenas categorias econômicas. A opressão é um conjunto de atitudes que envolvem também categorias psicológicas, emocionais, culturais e ideológicas. A correspondência entre estas e a estrutura econômica da sociedade é muito complexa e varia de acordo com as épocas históricas. Desde que Marx escreveu O capital, descrevendo as leis gerais que regem o modo de produção capitalista, muitas outras ciências se desenvolveram, entre elas a psicanálise, sem falar na antropologia e na sociologia, que ajudaram a lançar luz sobre o problema da superestrutura ideológica da sociedade e sua relação com a estrutura de produção. No entanto, todas elas, em sua busca por uma resposta aos problemas que afligem os homens em momentos históricos determinados, sempre tiveram de voltar os olhos para o que ocorria nas condições materiais de vida. Não é uma relação mecânica, não há uma correspondência direta e universal entre uma e outra. As leis econômicas determinam as leis ideológicas em última instância. No entanto, não partimos das inúmeras formas de opressão (da mulher, do negro, dos idosos, dos homossexuais, dos imigrantes etc.) para explicar as leis gerais da sociedade, mas o contrário. Seria fazer o mesmo que tentaram os filósofos reacionários da época de Marx e Engels, demonstrar teoricamente que era impossível conhecer a realidade objetiva, reduzindo a missão da ciência a "analisar as sensações". É preciso partir da concepção materialista da história, tal como a colocou Marx:

> "(...) determinados indivíduos que se dedicam de um determinado modo à produção, contraem entre si estas relações sociais e políticas determinadas. A observação empírica tem necessariamente que ressaltar em cada caso concreto, empiricamente e sem nenhum tipo de

> ocultamento ou especulação, a relação existente entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado brotam constantemente do processo de vida de determinados indivíduos; mas desses indivíduos, não como possam se apresentar diante da imaginação própria ou alheia, mas tal e como realmente são; ou seja, tal e como atuam e como produzem materialmente e, portanto, tal e como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, premissas e condições materiais, independentes de sua vontade." (Teses sobre Feuerbach)[7]

Foi assim com Freud. Por mais complexos que fossem os problemas psicológicos de seus pacientes, ele buscava sua explicação última nas relações concretas que estabeleciam no mundo objetivo. Ele deu o nome de introjeção ao processo psíquico por meio do qual nossa consciência é formada, o processo de introjetar algo que está fora de nós. Para Freud, todo sonho era a realização de um desejo que tinha uma ou outra relação com as condições concretas de vida. Assim, demonstrava que nessa multiplicidade de relações sociais nas quais estamos inseridos há uma hierarquia, umas determinam as outras. Para Marx, as relações de produção eram as determinantes.

> "Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade de dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual". (Prefácio a Contribuição à Crítica da Economia Política)[8]

Em A Tempestade, de Shakespeare, Calibã (o oprimido) diz a Próspero (o opressor): "Tenho de te agradecer muito, porque você me ensinou a sua língua e agora eu posso lutar contra a opressão".

Para conhecer a situação da mulher é preciso estudar a situação do homem. Indo mais além, para conhecer a opressão da mulher é preciso estudar o seu opressor, que é a sociedade de classes, que tem no homem o agente dessa opressão. Antes de mais nada, é preciso distinguir, no homem e na

[7] MARX, Karl. *Teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Abril, 1974. (Coleção *Os Pensadores*)
[8] MARX, Karl. Prefácio à *Contribuição à crítica da economia política*.

mulher, as características que lhes são inerentes e as que lhes são transitórias. É preciso determinar com certa precisão quando cabe considerar a humanidade como uma massa homogênea e quando considerá-la uma soma de partes heterogêneas. Assim podemos averiguar o que une e o que divide os seres humanos.

Isso foi particularmente fecundo em um pensador como Marx, que não só propôs uma teoria social – o materialismo – como se esforçou por influir no mundo prático. Ele tinha consciência de que a idéia socialista devia ser provada pelo juízo implícito que ela formulava sobre a natureza humana e por isso sempre estava refletindo sobre os seres humanos.

Para julgar a sociedade humana, precisamos conhecer a natureza humana em geral e também a natureza humana condicionada por cada época histórica. Marx separava, na natureza humana, as características que chamava de genéricas e históricas. O ser humano tem potencialidades genéricas, que lhe permitem atuar sobre a natureza, e que o inserem na espécie humana. São as características latentes, aquelas que unem a todos os seres humanos.

O ser humano tem também características históricas, transitórias, que mudam conforme seu modo de vida. Assim, é o homem histórico, não o genérico, que está sujeito a uma transformação contínua. Por isso dizemos que o gênero – enquanto característica inerente ao ser humano – é o que une todos os homens e todas as mulheres. Obviamente, entre homens e mulheres existem características latentes que são distintas. Com base nelas, as diferentes sociedades construíram imagens, ou símbolos, do feminino e do masculino, assim como papéis sociais correspondentes a essas imagens. Essas imagens ou papéis sociais são transitórios, mudam conforme a época e o modo de vida dessa sociedade.

São construções culturais advindas das características genéricas do ser humano, mas que têm a ver com o ser humano histórico, ou seja, o gênero tem caráter "trans-histórico", enquanto as imagens que faz de si e do outro são simbólicas e transitórias. Decorre daí o primeiro problema quando se diz que a opressão da mulher é uma questão de gênero. É uma formulação que cria confusão, porque dá a entender que o problema da mulher é ser mulher. Então, devemos dizer também que o problema do homem é ser homem, e assim ficamos na tautologia.

O segundo problema é aquele apontado por Heleieth Saffioti: a noção de gênero não deixa claro o vetor da dominação. Quem domina e quem é dominado? Ao ser latente, trans-histórico, o gênero é tão antigo quanto a humanidade, mas as imagens que se criam em torno dele (o que é considerado "feminino" e o que é 'masculino"), não; elas são transitórias. Saffioti lembra que historiadores, sociólogos, antropólogos têm mostrado que as sociedades de

caça e coleta revelavam bastante igualdade entre homens e mulheres. As mulheres tinham um papel de prestígio e desempenhavam funções de suma importância, já que costumavam prover mais de 60% dos alimentos na atividade de coleta. Como seriam então as imagens do feminino e as do masculino nessas sociedades? Supõe-se que bastante igualitárias no seu valor. Por isso, o conceito de gênero é perigoso e confuso, porque implica também simetrias, e não apenas assimetrias, como se insiste hoje. Outro elemento de confusão é o fato de que os gêneros não vão desaparecer; numa sociedade socialista, em que homens e mulheres desfrutem de igualdade, as imagens do feminino e do masculino continuarão a existir. Apenas que em outras bases, e despojadas do signo de opressão de um pelo outro.

Por isso, o gênero apreende uma determinação geral, simples, presente em todas as sociedades. O verdadeiro problema não está no gênero, mas nos seres humanos históricos; são as imagens e os papéis sociais construídos que fazem do homem um agente da opressão da mulher. E mais do que uma imagem da mulher como um ser frágil, incapaz de tomar decisões, fútil e emotiva, o maior problema hoje está na imagem do homem como macho, forte, corajoso, que não vacila, que não chora. Por contraposição, essa imagem do homem faz com que ele veja a mulher como seu oposto, seu contrário.

Essas imagens não são construídas aleatoriamente, mas determinadas historicamente. São construídas e difundidas pelas principais instituições da sociedade – a escola, o Estado, a Igreja, as Forças Armadas, os meios de comunicação – em função de determinados tipos de relação social e servem a um determinado modo de produção e distribuição – a forma como se produz e reproduz a sociedade. Por isso, dizemos que a sociedade apenas simbolicamente está estruturada em gênero, e não de fato, como afirma o feminismo dominante hoje.

O que faz o feminismo hoje é combater pela igualdade entre os gêneros, sem enfrentar uma ordem econômica sob a qual se assenta a sociedade. Dessa forma, está combatendo apenas uma ordem de significação. Combate um conjunto de significações que o imaginário social instituiu em relação à família e demais instituições em determinado momento histórico. Confere a essa ordem de significação uma importância superior à ordem econômica, que determina as relações sociais e de fato assegura a manutenção dessa ordem de significação. Combate, assim, os efeitos e não as causas da opressão da mulher. Pior: faz crer que ao mudar uma ordem de significação, muda-se uma ordem econômica sob a qual se assenta, como se ambas fossem domínios autônomos e independentes entre si.

É o que pressupõe as afirmações de C. Castoríades, defensor do autonomismo e em quem o feminismo dito radical (que surgiu nos EUA

nos anos 70 e, com um leve matiz de esquerda, é o dominante hoje) inspira-se: "o movimento de mulheres, o movimento de jovens, o movimento ecológico, todos eles, ao questionarem as relações sociais, socavam o sistema em seus pontos essenciais de sustentação, as formas concretas de dominação e a própria dominação". [9] Em outras palavras, se todas as mulheres se unem e lutam por igualdade são capazes de socavar o sistema de dominação, independentemente do fato de o conjunto da classe trabalhadora estar ou não engajado nesse processo. Para o feminismo radical, a luta de classes está "fora de moda", porque em sua concepção, o que estrutura a sociedade agora são os gêneros, já que todos os âmbitos da vida têm o caráter de um ou outro gênero, como pudemos observar nas elaborações de Maria de Jesús Izquierdo.[10]

Em primeiro lugar, essa postura prega um policlassismo escancarado, puxando as mulheres por aquilo que lhes é comum: o gênero. Se essa forma de encarar o problema fosse um filme, teria o título de "Dormindo com o Inimigo", porque faz a mulher trabalhadora, oprimida e explorada, manter-se na mesma trincheira da sua adversária de classe, a mulher burguesa. Com isso, inviabiliza qualquer pretensão de "socavar o sistema de dominação", como afirma Castoríades, porque jamais se viu na história uma classe social condenar-se a si mesma à morte. Em segundo lugar, essa postura já se mostrou equivocada outras vezes na história, quando se tratou de "socavar o sistema". Se as mulheres se uniram em uma frente policlassista para lutar pelo direito de voto e o conquistaram, não foi o que ocorreu nas poderosas ondas de luta feminista dos anos 60, quando se dividiram justamente no momento em que se requeria ultrapassar os limites do sistema.

Jamais, em qualquer época histórica, se conheceu qualquer tipo de sociedade estruturada em gêneros. Algumas se estruturaram em castas, como as sociedades asiáticas, mas na maior parte da história a humanidade esteve dividida em classes. Por mais "fora de moda" que isso pareça, e por mais transformações que tenham sofrido durante o último século, as classes sociais são um fato concreto. O mundo capitalista ainda está dividido entre uma classe burguesa, proprietária, que cada vez concentra mais em suas mãos a riqueza social, e uma classe proletária, cada vez mais miserável e espoliada. E cada vez que essa estrutura social se vê ameaçada, reage com mais energia e reforça as construções sociais, os mitos e símbolos que servem para manter os de baixo oprimidos e exploradores.

9. In: FERNANDES, Ana Maria (Org.). *Las mujeres en la imaginación colectiva.* Buenos Aires: Paidós, 1993. P.18.

10. *Aguantando el tipo.* Op. cit., p.20.

Por isso, insistimos: o problema da opressão da mulher, apesar de ter um link no gênero, na imagem que se construiu dela, na imagem que se construiu do homem como o macho opressor, não tem aí sua raiz. Mais: o gênero está determinado pela classe; ele se expressa de forma distinta na mulher burguesa e na mulher proletária; e se esta é negra, sente também a discriminação racial. A pobreza, o emprego precário, a mortalidade materna, a marginalidade são manifestações de uma condição de classe, e uma mulher, nessas condições, vivencia o "feminino" de forma diferente da mulher que vive em um bairro burguês, é proprietária ou mulher de banqueiro, vai todos os dias ao cabeleireiro e tem empregada doméstica.

Não resta dúvida de que os interesses da maioria das mulheres têm conteúdo de classe e de gênero. As condições de vida das mulheres, que afetam também os homens, são agravadas pela condição genérica delas. O que se assiste no mundo todo, sobretudo nos países explorados, é ao agravamento dessa opressão, justamente porque se agrava a espoliação econômica dessas regiões, o que faz com que as políticas de gênero fiquem ainda mais utópicas e enganadoras.

Como conciliar a cultura da tolerância, do respeito à diversidade, à igualdade, a solidariedade, o respeito aos direito humanos, com uma realidade de miséria e exclusão em que vive a classe trabalhadora e grandes contingentes humanos em todo o mundo? Como pedir que homens e mulheres vivam em igualdade, sem violência, sem agressões, se estão inseridos em uma sociedade baseada em desigualdades e violências de todo tipo? Como pedir que a mulher se emancipe se não há pleno emprego? Como querer que as plataformas de ação mundiais votadas em Beijing e outras conferências de mulheres sejam cumpridas e ao mesmo tempo aperfeiçoar o mercado? Como reduzir a mortalidade materna e infantil se a medicina está voltada para o mercado? Como alcançar a legalização do aborto e evitar, assim, milhares de mortes de mulheres pobres no mundo inteiro, se as clínicas clandestinas viraram um grande negócio? Como exigir respeito à mulher e à sua sexualidade, se os meios de comunicação exploram economicamente e banalizam o sexo da forma mais vil e brutal?

Os interesses do capital privilegiam o mercado, e estão acima da qualidade de vida dos povos, do igualitarismo, do fim da discriminação entre os gêneros. É nesse quadro que deve inserir-se a luta pelo fim da opressão à mulher, porque essa é causa estrutural de sua pobreza e submissão. É parte da luta de classes, assim como as demais lutas de todos os trabalhadores pelo fim da exploração de que é vítima pelos detentores do capital. O resto é fazer cócegas no lobo.

A questão da opressão da mulher só pode ser resolvida se se rompe com a ordem econômica vigente. A luta contra a discriminação de gênero é fundamental porque dá visibilidade à situação da mulher, mobiliza as mulheres contra

toda e qualquer manifestação de machismo e de opressão, aumenta seu grau de consciência e expõe as mazelas do sistema, revelando o grau de hipocrisia dos governos e instituições burguesas em relação à "liberdade" da mulher nos tempos modernos. No entanto, se ela se restringe a isso, ela tende a afastar a mulher trabalhadora das organizações de sua classe, levando-a para as ONGs e grupos feministas policlassistas.

A luta pela igualdade de gêneros, que é a luta contra a opressão da mulher, só pode ser travada no marco de um enfrentamento com o capital, pelo fim da exploração da classe trabalhadora. Dessa maneira, as mulheres trabalhadoras fazem de sua luta de gênero, que é necessária, mas limitada em seu alcance, uma luta de classes, a única que pode abrir caminho, de fato, para a emancipação de todas as mulheres.